

A República

Platão

Vida

Platão é um dos maiores filósofos gregos, caracterizando-se, sobretudo, como o discípulo mais exponente de Sócrates[1]. Ele morreu em Atenas, no ano de 347 a.C.[2] Fazia parte de uma família[3] nobre da sua cidade natal e, aos 20 anos, conheceu seu mestre Sócrates, tornando-se seu discípulo, com o objetivo de se preparar melhor para a vida política. com quem conviveu até os 29 anos, quando Sócrates foi condenado à morte por envenenamento.

Foi um homem que viajou muito, conhecendo várias civilizações. Fez um giro pelo mundo para se instruir (390-388), visitou o Egito, a Itália meridional e a Sicília. Foi o fundador da sua própria escola[4], instalada próxima a Atenas, no ano de 387 a.C., onde ensinava filosofia, matemática e ginástica. Seu primeiro trabalho filosófico foi o discurso de defesa de Sócrates, afirmando o que o mesmo havia falado ao júri que havia lhe condenado, acompanhou de perto o processo de seu mestre, e o relata na Apologia de Sócrates.. A partir desse momento, ele não mais parou de escrever inúmeras obras que divulgavam as suas idéias e reflexões filosóficas, utilizando diálogos que envolviam Sócrates e outras pessoas que faziam parte do seu cotidiano. Depois que Atenas, a mais iluminada das cidades-estado gregas, condenou “o mais sábio e o mais justo dos homens” – como falou –, lhe deixou marcas profundas que determinariam as linhas mestras de toda a sua atividade de filósofo.

A atividade literária de Platão abrange mais de cinquenta anos de sua vida: desde a morte de Sócrates, até a sua morte. Dedicou-se inteiramente à especulação metafísica, ao ensino filosófico e à redação de suas obras. Ele é o primeiro filósofo antigo de quem possuímos as

obras completas. Escreveu 35 diálogos, 28 considerados autênticos. A forma de escrita platônica é o diálogo, que consiste numa transição espontânea entre o ensinamento oral e fragmentário de Sócrates e o método estritamente didático de Aristóteles. O mito e a poesia confundem-se, muitas vezes, com os elementos puramente racionais do sistema platônico.

Platão, no entanto, só reencontra a filosofia a partir de preocupações de caráter político. É um jovem aristocrata que une aos seus dons intelectuais e físicos (duas vezes coroados nos jogos atléticos nacionais, é belo e vigoroso: apelidam-no "Platão" em virtude de seus ombros largos) o nascimento mais prestigioso. Sua mãe descendia de Sólon, seus ancestrais paternos, do último rei de Atenas. Estava destinado, portanto, a uma brilhante carreira política. Mas Atenas, que por ocasião do nascimento de Platão se encontra no apogeu - com inigualável poder marítimo -, esboroa-se na época em que Platão atinge a idade adulta. Platão tinha quatro anos quando começaram as guerras do Peloponeso e trinta e um quando elas terminaram, com a capitulação de Atenas. A destruição da frota, a peste, o arrasamento dos famosos muros (uniam a cidade ao Pireu) pelos esparciatas vencedores assinalam a importância da catástrofe. Platão vai sonhar com a reconstrução de uma cidade, mas uma cidade cuja potência é, antes, moral e espiritual do que material, uma cidade que seja a encarnação da Justiça.

Muitos dos seus diálogos são centrados na figura de Sócrates, nos quais procura definir noções como a Mentira (Hípias menor), o Dever (Crítion), a Natureza Humana (Alcibíades), a Sabedoria (Cármides), a Coragem (Laques), a Amizade (Lísis), a Piedade (Eutífron), a Retórica (Górgias Protágoras).

Entre 387 e 361 a.C., escreveu Menexeno, Ménon (sobre a Virtude), Eutidemo (sobre a Erística), Crátilo (sobre a Justeza dos Nomes), O banquete (sobre o Amor), Fédon, A República (sobre a Justiça), Fedro, Teeteto (sobre a Ciência) e Parmênides. Os diálogos da maturidade são O Sofista, O Político, Timeu, Crítias, Filebo e As Leis.

Do ponto de vista filosófico, Platão tinha como objetivo principal encontrar na sociedade uma realidade, seja ela natural, moral ou social, que fosse eterna e imutável.

As idéias de Platão partiam do ponto de vista de que existem duas realidades diferentes que englobam toda a esfera humana. Elas faziam parte de dois mundos chamados de Mundo das Idéias e Mundo das Sombras ou dos sentidos.

O Mundo das Idéias é composto por todas as idéias eternas e imutáveis, ou seja, idéias imortais que determinam os conceitos que fazemos acerca do mundo físico.

Por sua vez, o Mundo dos Sentidos refere-se àquele que habitamos, composto por valores imperfeitos, que funcionariam como sombras de uma realidade perfeita. Dessa maneira, as coisas que compõem esse mundo imperfeito não são eternas e imutáveis. Elas são feitas de matéria, são objetos físicos que funcionam como cópias das idéias perfeitas, eternas e imutáveis, constituintes do Mundo das Idéias.

Sendo assim, pode-se extrair da proposta explicitada por Platão a extrema confiança que deveria ser depositada sobre as idéias perfeitas e imutáveis que englobariam a razão como sustentáculo primordial. Torna-se clara essa evidência visto que as informações que nos chegam através dos sentidos são imprecisas e imperfeitas, sendo variáveis de acordo com cada indivíduo.

Em contrapartida, a razão, sede do conhecimento e orientação da conduta humana, intitula-se como uma verdade eterna e universal que é única e sólida para todos os seres humanos.

Fazendo-se um paralelo com preceitos cognitivos, a intuição faria parte do mundo sensorial, não nos fornecendo uma base sólida a respeito das informações sentidas e percebidas sensorialmente.

Exatamente por isso, a razão nos fornece uma posição firme sobre as informações que determinamos a partir dela. Isso explica a extrema simpatia que Platão demonstrava possuir em relação à matemática, uma ciência cujo objeto de estudo era preciso e invariável, portanto eterno.

Além desse pensamento, Platão afirmava a existência de dois constituintes do homem: o corpo físico e a alma. O corpo físico encontra-se amplamente relacionado ao Mundo dos Sentidos e nos fornece dados imprecisos e imperfeitos. Já a alma, imortal e imaterial, representa a sede da razão humana, estando intimamente ligada ao Mundo das Idéias[5].

De acordo com essa teoria, o ser humano deveria sempre estar em busca da perfeição, que seria conseguida através do constante aprimoramento da alma. Em um contato com os valores que cercavam o mundo físico, o homem poderia corromper-se com as idéias imperfeitas, originárias desse ambiente. Entretanto, Platão percebia que essa era uma tarefa realizada sobremaneira pelos filósofos que, após racionalizarem a respeito da sua existência, realizavam a incessante busca da perfeição. Por sua vez, as pessoas comuns, ao contrário dos filósofos, tinham suas almas habituadas às coisas do mundo sensível, alienando-se, dessa maneira, em falsas realidades[6].

Outro grande interesse de Platão era a política. Preconizava uma república que obedeceria a uma hierarquização: os filósofos seriam os governantes, uma vez que são dotados de sabedoria e razão; posteriormente, viriam os cargos ocupados pelos guardas, pelo exército, homens repletos de coragem e vontade.

Em último lugar na república platônica, situar-se-iam os trabalhadores que necessitavam do exercício com a virtude da temperança, já que se deixavam dominar pela força do desejo, muitas vezes incontrolável, o que prejudicaria a perfeição a ser alcançada pela alma humana.

Além disso, Platão pregava a defesa da mulher dentro da sua sociedade. Afirmava para isso que a mulher era dotada da mesma razão que tinha o indivíduo do sexo masculino, podendo inclusive governar um Estado e exercer o que era realizado, até então, pelos homens. Porém, para que isso ocorresse, seria necessária uma total mudança de mentalidade em relação ao papel da mulher na sociedade, o que era extremamente difícil nesse período, devido às circunstâncias políticas, econômicas e sociais do momento.

[1] Seu nome, segundo alguns, derivou de seu vigor físico e da largueza de seus ombros; platos significa largueza.

[2] Nasceu também em Atenas no ano de 428/427 a.C.

[3] Aparentada com famosos políticos importantes, por isso não espanta que a primeira paixão de Platão tenha sido a política.

[4] Sua escola era dedicada ao herói Academos. Daí o nome Academia. Em sua fachada estava escrita esta exigência: “Que aqui não entre quem não for geômetra”.

[5] O mito da caverna (A República) descreve o itinerário que conduz do mundo sensível das aparências ao mundo inteligível da verdade.

[6] Segundo Platão, a vida verdadeira corresponde ao que a opinião comum acredita ser a morte, ou seja, o estado no qual a alma renasce cada vez que se separa da “prisão” do corpo.

Meio

Os diálogos platônicos não podem ser desligados do tempo que os viu nascer; a conjuntura histórica é neles determinante. Tirá-los desse contexto, rigorosamente concreto, vê-los como primeiras manifestações do espírito eterno, é ficar condenado a nada compreender da sua originalidade e dessa forma particular que lhes permitiu percorrer a História.

O século V é a época das luzes da Grécia, o século de Péricles. No seio das desordens e das violências, institui-se uma nova ordem onde o homem calculador se desejava independente,

comedido, belo e virtuoso, ocupando seu justo lugar entre deuses e animais. No período do apogeu grego, Atenas proporcionava ao mundo grego pintores, escultores, arquitetos, poetas, dramaturgos, historiadores, oradores, moralistas e filósofos. Dessa forma, Atenas revelava uma atividade cultural intensa. Para a filosofia, recordaríamos que Anaxágoras e Demócrito ensinaram em Atenas, bem como Sócrates, Platão, Aristóteles e até mesmo os sofistas, contra os quais Platão se revelou um adversário resoluto.

Após as Guerras Médicas, que ocorreram entre os persas e os gregos, tornaram-se intensas as lutas entre os democratas e os aristocratas que defendiam diferentes objetivos. Após a morte do líder do partido democrático, Elíates, que procurou destruir o poder da aristocracia ateniense, Péricles assumiu o poder.

Primeiramente, ele destruiu o partido aristocrático e estruturou definitivamente a democracia ateniense. Somente os cidadãos participavam da assembleia popular. Os cidadãos pobres participavam das instituições políticas mediante uma remuneração conferida a eles. Na verdade, ao invés da escravidão ser suprimida ela se fortaleceu, uma vez que os cidadãos só iriam participar dos comícios políticos após fornecerem a mão de obra no trabalho servil, destinado a eles. O brilho artístico e intelectual de Atenas vinha de sua superioridade econômica e política, em particular de seu regime democrático. Tratava-se de uma “democracia direta”. Os cidadãos (atenienses, filhos de pais atenienses, no gozo de sua liberdade, excluindo o direito à cidadania para as mulheres, os metecos e os escravos) decidiam seu destino político ao participarem da Ekklesia, assembleia em que se votavam as leis. Uma outra particularidade da democracia ateniense era a justiça popular exercida pelo tribunal de Heliéia, cujos membros eram escolhidos por sorteio. Os juizes, após ouvirem o acusado e a defesa, decidiam a sorte do réu mediante voto individual e secreto.

Péricles procurou fortalecer o imperialismo ateniense sobre o mundo grego, expandido assim uma política externa. Durante o seu governo, Atenas foi totalmente remodelada: grandes construções foram efetivadas e a cultura grega desenvolveu-se amplamente, por

isso é que o século V é também chamado de século de Péricles, ou século de ouro, no qual Atenas viveu seu momento de maior esplendor.

No século V, duas grandes forças estavam presentes na Grécia: a Confederação de Delos ou Liga Marítima Ateniense e a Liga do Peloponeso, liderada por Esparta. A luta entre os dois Estados, conhecida como A Guerra do Peloponeso, iniciou-se em 431 a.C. e teve uma duração de vinte e oito anos. Ela ocorreu devido aos interesses divergentes defendidos por Atenas e Esparta.

Dois fatores explicam as disputas: o imperialismo ateniense aumentou a influência de Atenas sobre os outros estados gregos. Atenas, também de acordo com sua democracia, reduzia a autonomia política das comunidades subordinadas a ela. Enquanto isso, Esparta era totalmente favorável à autodeterminação desses estados. O outro elemento de divergência parece residir no fato de que Atenas desejava expandir-se por todo Oriente e Ocidente. Entretanto, no Ocidente estava a ilha da Silícia, membro da Liga do Peloponeso e, portanto, dominada por Esparta.

Após intensas lutas entre esses dois estados, a aristocracia, apoiada por Esparta, assumiu o poder em Atenas. A vitória sobre Atenas em 404 a.C. levou à consolidação da hegemonia espartana sobre os estados gregos. Porém, em 371 a.C. Tebas privou Esparta de seu poder e de suas aquisições territoriais. Esse governo ficou conhecido como Tirania dos Trinta, marcando a dissolução da Confederação de Delos e destruindo a ordem democrática em Atenas e nas cidades aliadas a ela.

Com a derrota da Liga de Delos findou-se o período de hegemonia ateniense e iniciou-se a hegemonia espartana. Esse período caracterizou-se pelo predomínio dos grupos aristocráticos em quase toda a Grécia.

Platão (427 a.C. – 347 a.C.) é um ateniense do século IV. Seu nascimento ocorre poucos anos após a morte de Péricles, quando já se anunciava o fim do apogeu de Atenas. Vendo

sua cidade ser derrotada, Platão era um jovem decepcionado com os rumos que Atenas tomava, passando a atribuir o fracasso ateniense à ineficácia da política democrática.

A obra platônica, portanto, espelha sua visão e juízo acerca deste meio cultural e político que constitui uma Grécia decadente. Assim, seus diálogos questionam não somente a democracia e a existência política, mas também essa cultura nova que se lançou na conquista dos conhecimentos, na busca dos prazeres, na vontade do poder.

Desta forma, sua teoria política foi a defesa de uma aristocracia que não era nem hereditária nem nobiliárquica, mas uma hierarquia intelectual. Assim, Platão, na República, afirma que: “Os sábios deverão dirigir e governar e os ignorantes deverão segui-los.”

No que diz respeito ao meio intelectual, os gregos foram responsáveis por criar o conhecimento racional, a investigação histórica e o livre pensamento. Até esse momento a moral, a ciência e a arte não tinham autonomia.

Nesse contexto, podemos destacar o aparecimento dos sofistas na segunda metade do século V como a grande revolução filosófica que abalou a cultura aristocrática tradicional. Eles forneceram à filosofia grega características subjetivas, racionais e relativas, ao afirmarem a relatividade das noções de justiça e injustiça, verdade e mentira. Dessa maneira, criticavam dogmas e mitos que apoiavam o poder aristocrático, afirmando que a ciência, a religião e a moral eram criações humanas determinadas pela história. Esses teóricos reformularam a educação formal grega, bem como o ensino superior evidenciando que essas formas de educação precisavam ensinar a arte da persuasão, de forma que a idéia mais fraca se transformasse na mais forte.

Sócrates, por outro lado, prega a descoberta do autoconhecimento latente no indivíduo, que seria obtido a partir da arte da maiêutica, juntamente com a ironia.

Platão, tido como discípulo de Sócrates, tem nele sua mais importante influência filosófica, a ponto de Sócrates tornar-se personagem quase obrigatório nos seus diálogos .

Platão estruturou em Atenas uma escola-comunidade chamada de Academia. A educação fornecida por ela baseava-se na teoria das formas e das idéias. Segundo essa teoria, as idéias de perfeição só podem ser percebidas pela mente, não estando presentes em nenhum lugar do mundo. De acordo com alguns teóricos, a teoria das idéias de Platão apoiava a minoria política ateniense, que posicionava-se contra as idéias dos sofistas que pregavam a alteração da realidade social.

Por sua vez, o grande discípulo de Platão foi Aristóteles. Ele distanciou-se em parte do seu mestre, visto que acreditava no alcance da perfeição a partir do mundo dos sentidos.

Ao finalizar esta introdução histórica, temos o período helenístico, que se iniciou com o declínio da polis grega e foi marcado também pela conquista da Grécia pela Macedônia. Quando Platão morre, a cidade está sem força. Em 338 a.C., na Planície de Queroneia, o exército de Felipe da Macedônia esmaga as tropas gregas unificadas por um último assomo de energia. Acabou-se definitivamente essa forma política (a “democracia grega”) que tamanho papel exerceu, desde então, no imaginário dos homens em busca do Estado perfeito.

Lógica

Em Platão não existe uma estrutura lógica estática, mas sim, todo um esforço de pensar conjuntamente como as coisas são, no atrito do diálogo. Por isso, essa técnica é tão importante em suas obras. Platão pretende pôr em descoberta o próprio processo de conhecimento, ao invés de utilizar um corpo doutrinal (idéia fixa-dogma): não adquirimos a verdade absoluta, estamos sempre em construção.

Platão, em uma de suas obras mais arquitetadas, A República, ressalta o seu pensamento político, expondo a imagem plástica do Estado, em cujo âmbito enquadra a totalidade dos problemas éticos e sociais. Problemas esses para o qual ele orienta seu pensamento, traçando a sua idéia de “Estado perfeito”, fundado sobre os pilares da razão. Utiliza, para

este fim, o diálogo (tendo sempre o seu mestre Sócrates como principal interlocutor), que ao seu ver era um ponto forte para se alcançar a verdade, pois, só assim, o conflito e a oposição das idéias poderiam surgir.

Quando, no século V, Atenas, politicamente democrática, é derrotada por Esparta e seu esplendor começa a decair, Platão começa a questionar a democracia: Platão critica a democracia dizendo que esta favorece a demagogia (a arte de incensar a opinião pública por meio do talento oratório) e a tirania, pois há perigo de que o homem seduza e canalize a opinião pública em seu proveito para, em seguida, subjugá-la.

Para o discípulo de Sócrates, os regimes políticos existentes em qualquer época nada mais são senão expressões dos caracteres humanos. Por detrás de quem faz a política nas suas mais variadas formas, está o sentimento. Exatamente por isso, pelo fato de o sentimento (instável, volátil e inconstante) ser base dos regimes políticos, é que os levava a serem imperfeitos, geradores de turbulências e de guerras civis sem fim. É necessário, pois, opor-se com um outro tipo de regime, no qual o calor dos sentimentos deveria ceder aos traçados regulares da inteligência. Um regime que procure a estabilidade perene, constituído ou modelado exclusivamente pela razão. Este novo sistema, por ele idealizado, seria sustentado por dois pilares: a educação e a justiça.

A justiça busca atingir a verdade através da manutenção da ordem. Para essa realização, o homem precisa estabelecer uma relação de poder diante da sociedade, visto que somente diante de uma autoridade (indivíduo dotado de inteligência, portador da sabedoria e possuidor da razão, ou seja, o filósofo) a obediência necessária à instauração da ordem se concretizaria. Esse sistema que objetiva manter a organização em sua essência, mesmo funcionando por intermédio de uma relação de autoridade, visa beneficiar aqueles que pertencem à sociedade, pois sendo ela uma organização, não procura ou não prescreve, em tese, o que é vantajoso ao mais forte, busca defender o mais fraco. Assim sendo, agir com justiça significa, para Platão, descartar o egoísmo e agir reconhecendo a igualdade do direito do outro (ao contrário, os sofistas declararam que a justiça é a conveniência do mais forte). Por considerar o outro, a justiça é vista como a maior das virtudes, uma vez que é

objetiva e a única que se liga ao Estado (ao contrário das outras virtudes, sabedoria, temperança e coragem, que são subjetivas).

A justiça tem de ser inerente à alma, a uma espécie de saúde espiritual do homem, cuja essência não se pode pôr em dúvida, pois, de outro modo, seria apenas o reflexo das variáveis exteriores do poder e dos partidos, como é a lei escrita do Estado. Isto influencia a concepção platônica de Estado, que tem como raiz esta idéia da justiça: estará necessariamente no interior da personalidade. É a alma do homem o protótipo do Estado platônico. Essa mesma justiça busca intermediar as relações sociais, a fim de atingir um certo desenvolvimento da cidadania: a justiça, na concepção platônica, tem um caráter universal, porque é harmonia, é ordem. Ela é muito mais dar do que receber, enquanto o cidadão se dá, com suas aptidões, ao Estado, ao serviço da sociedade, recebendo dela uma função a desempenhar.

Considerava que as formas de governo eram expressões de atitudes da alma, ocorrendo o mesmo com a justiça. Através das teorias das partes da alma, Platão investiga o problema sobre o que é justo, pois o seu Estado versa sobre a alma do homem; é a sua imagem reflexa ampliada.

Do mesmo modo como a cabeça governaria o corpo, os filósofos deveriam governar a sociedade. Dessa forma, Platão descrevia uma correlação tripartida do Estado com o corpo humano, a alma e a virtude. Para isso, fundamentava sua explicação na constituição do corpo humano. De acordo com Platão, o corpo humano seria composto de três partes: cabeça, peito e baixo-ventre. Para cada uma dessas três partes haveria uma faculdade correspondente da alma. A razão pertenceria à cabeça; a vontade, ao peito; o desejo, ao baixo-ventre. Cada uma dessas faculdades da alma também possuiria um ideal ou virtude. A razão aspira à sabedoria, a vontade aspira à coragem e o desejo deve ser controlado para que a temperança possa ser exercitada. Somente quando as três partes do corpo atuassem em conjunto, como uma unidade, é que teríamos o indivíduo harmonioso, virtuoso.

Platão ensinou que se deve dar a cada um o que lhe convém (restituir o que é devido), não somente nas relações entre particulares (justiça comutativa), mas sim no plano do Estado. Esse dar a cada um o que é seu, no estado platônico, seria fazer corresponder a função que cada um possa exercer no Estado, com suas aptidões particulares, com as virtudes características que definem os três tipos cidadãos: filósofos (cabe dirigir a república), os soldados (encarregados da defesa interna e externa do Estado) e os trabalhadores-artesãos e agricultores (seriam os produtores econômicos do Estado).

Por outro lado, o mal do Estado, a injustiça, se concretiza na ambição que faz com que um indivíduo procure alçar-se acima das aptidões de sua classe. A justiça consiste na harmonia entre as três virtudes da alma, ou seja, no que diz respeito ao Estado, na harmonia das classes que o estruturam.

A conduta do homem perante testemunhas era atribuída à coesão das leis, ao passo que no comportamento do homem sozinho se julgava ver a norma autêntica da natureza, a qual, segundo esta concepção, era apenas o impulso que moveria o homem a procurar o agradável e a evitar o desagradável. Assim, se quisermos conhecer o verdadeiro valor da justiça para a vida do homem, não temos outro caminho senão comparar a vida de uma pessoa completamente injusta, mas cujo verdadeiro caráter permaneça oculto, e a vida de um homem que, sendo verdadeiramente justo, não saiba ou não queira guardar sempre com o maior cuidado as aparências externas do direito, tão importantes.

A resposta de Platão à necessidade de se resgatar o velho sentido da justiça e da moral, perdidos durante o período de crescimento e enriquecimento de Atenas, contaminados pela hipocrisia, é a “volta a uma sociedade mais simples“. Assim, à dissociação entre o mundo real e os valores éticos Platão contrapõe a necessidade de uma reconstrução da sociedade, segundo estes valores, por mais radical que ela possa parecer. O eixo da ampla reforma sugerido por Platão, para construir a sociedade perfeita, é a substituição da plutocracia que reinava na Atenas Imperial dos mercadores por uma “timocracia do espírito”, na qual os governantes seriam os melhores dentre os homens de seu tempo, em termos de conhecimento e sabedoria. Uma grande reforma social possibilitaria o reencontro da ética e

da realidade, através da qual ocorreria uma grande reforma social, política e econômica. Uma cidade justa, habitada por cidadãos justos: esse é o projeto da cidade-modelo descrita em A República.

A lógica do texto A República centraliza-se na justiça. Para compreender a complexidade desse conceito, os diálogos constroem e desconstruem os cinco conceitos de justiça. Um deles é abordado por Trasímaco, que destaca o privilégio das elites dominantes. Ele apresenta como argumento a seguinte frase: “Afirmo que a justiça não é outra coisa senão a conveniência do mais forte.” Poderíamos, então, tentar confrontar a justiça com a ética, nos perguntando: o que seria um sujeito ético? De acordo com Marilena Chauí, ser ético é exercer a liberdade. Então, pergunta-se: seguir leis que nos são impostas e que favorecem quase que exclusivamente ao interesse dos governantes é ético ou não? Entretanto, Sócrates expõe um ponto de vista oposto ao de Trasímaco, respondendo, inclusive, a essa pergunta.

Qual seria, então, a diferença entre Sócrates e Trasímaco? O trabalho de Sócrates é de transportar Trasímaco para um outro lugar. Ele tenta fazer isso através da sua técnica de persuasão chamada maiêutica, vencendo Trasímaco pelo cansaço. Aborda como problema ético e como contra-argumento para a teoria de Trasímaco a função da medicina, que, de acordo com ele, encontra-se amplamente envolvida com o bem do próximo. Qual a razão apresentada por Sócrates? Para ele, nenhuma arte possui imperfeição ou falha, nem é próprio de uma arte procurar a conveniência de outra pessoa, senão a daquela a que pertence. Sendo assim, quando a arte for verdadeira, será também incorruptível e pura.

Por exemplo, a medicina quando observa o homem não procura a conveniência do médico, e, sim, do paciente, seu súdito. Assim, fazendo-se um paralelo com a questão da justiça, as artes governam e dominam a quem pertencem, não prescrevendo o que é vantajoso ao mais forte, mas, sim, ao mais fraco.

É em atenção ao seu objeto de estudo que a justiça, tanto quanto as leis, são determinadas, visando às necessidades dos mais fracos. Assim, nenhum governo tem por objetivo velar pelo bem de mais ninguém, além do seu súdito.

Mas aí, com certeza, encontra-se embutido o próprio interesse, em função dos esquemas de corrupção que sociedades antigas, modernas e contemporâneas vêm desenvolvendo, bem como tentativas de imposição de valores presentes na ditadura, por exemplo. Entretanto, Platão e até mesmo Sócrates são extremos defensores da democracia que enfatiza, do ponto de vista prático, a coletividade dos bens públicos. Diante dessa realidade pragmática, pode-se até questionar: o que é mais potente, justiça ou injustiça?

De acordo com Céfalo, o homem justo não deve ludibriar ninguém, nem mentir, mesmo que involuntariamente, nem ficar a dever, sejam sacrifícios aos deuses, seja dinheiro a outro homem. Portanto, a justiça consiste em dizer a verdade e restituir aquilo que se tomou. Entretanto, esse argumento é confrontado por Sócrates, que cita um exemplo: “se alguém recebesse armas de um amigo em perfeito juízo, e este, tomado de loucura, as reclamasse, toda gente diria que não se lhe deviam entregar, e que não seria justo restitui-las, tão-pouco consentir em dizer toda a verdade a um homem nesse estado”. Dessa maneira, de acordo com Sócrates, não é esta a definição de justiça: dizer a verdade e restituir aquilo que se tomou. Além da sua definição acerca de justiça, Céfalo afirma a necessidade de se combater a força física a partir da arte da persuasão.

Para ele, a velhice é o momento de aprimoramento da vida, podendo-se aproveitar as riquezas adquiridas, até esse momento, como bem que advém das conquistas. Porém, ele faz um questionamento: herdar ou conquistar riqueza: o que isso significa?

Polemarco, por sua vez, afirma que a justiça consistiria em fazer bem aos amigos e mal aos inimigos, definindo como lógica do seu pensamento o fato de que fazer injustiça é uma ação justa. Entretanto, Sócrates posiciona-se contra Polemarco e diz que fazer o mal não é uma ação de um homem justo, mesmo que seja para se defender de um indivíduo injusto.

Dessa maneira podemos perceber que Sócrates, utilizando a sua arte da maiêutica, consegue convencer os demais dialogantes sobre a sua definição a respeito do que seria a justiça. Ele chega a uma conclusão englobando a justiça como uma virtude e sabedoria, visto que o

homem justo procura defender os seus direitos, uma vez excedidos esses direitos, apenas o ser injusto se beneficiaria. A atitude de um homem injusto não pode sobrepor-se ao homem justo, pois esta ação estaria incluída em um ato amplamente injusto. Enquanto isso, a injustiça seria maldade e ignorância. Nesse estágio, o ser humano luta para mostrar aos demais homens injustos que tem mais que eles, excedendo-os, portanto. Como forma de retratar a vida dos homens de acordo com suas ações, Sócrates preconiza que a alma justa e o homem justo viverão bem e o injusto viverá mal porque é mau e ignorante, não escolhendo o caminho virtuoso e correto para seguir.

Críticas

Embora defenda veementemente critérios de justiça no âmbito da política, que abarcam não só esta, mas que para atingi-la é fundamental a educação, dentre outros itens, percebemos que apenas uma parcela da sociedade poderia desfrutar desse mundo justo, perfeito, ideal.

O eminente filósofo crê que, para bem administrar, é fundamental a devida educação em fases distintas, até os mais capazes atingirem a maturidade nesse ofício (de estudar, refletir, compreender o mundo e os homens) e serem capazes de governar "com perfeição", atendendo aos requisitos precípuos de bom líder. E quem seriam esses? Aliás, quem teria direito mesmo a essa educação? Pregar igualdade para iguais é fácil, e para desiguais? Quem realmente era considerado cidadão e tinha acesso à cidadania?

O Estado, sabe-se, era acessível a uma parcela bem definida de cidadãos. Não eram considerados ou respeitados: escravos, estrangeiros, mulheres, crianças. Afora esses, quem tinha o direito de pensar? E durante quanto tempo?

A sociedade era imóvel. A hierarquia, marcante. Então, o que Platão defendia? E para quem?

Em tese, a democracia deveria ser o governo do povo e ao governo caberia determinar os caminhos a serem seguidos pela pólis, em assembleia. Não era assim, entretanto, que acontecia. A democracia ateniense estava cheia de limitações. Só poderiam participar dos

debates em assembléia aqueles que eram cidadãos, e neste conceito não estavam incluídos mulheres, estrangeiros e escravos. Assim, este governo do povo era administrado apenas por uma minoria. A democracia, na verdade, representava uma forma mais amena de oligarquia (governo de poucos), já que somente uma pequena parte da população era beneficiada com os privilégios de igualdade perante a lei e do direito de falar em assembléia.

Os democratas tinham muito medo de que o poder voltasse às mãos da antiga aristocracia e fosse centralizado novamente. Pensando em defender o sistema democrático, estabeleceram uma duração limitada de tempo (um ano) do exercício das funções públicas para que nenhum magistrado se acostumassem ao poder e quisesse nele permanecer indefinidamente.

Além disso, adotou-se a tiragem de sorte para a escolha dos ocupantes destas funções. Com essas medidas, a democracia grega buscava defender-se firmando o poder nas mãos da Assembléia. Isso, no entanto, tornava as decisões políticas ainda mais flutuantes e instáveis. Muitos cidadãos não compareciam à Assembléia, preocupados com seus afazeres particulares; os que compareciam, eram, muitas vezes, influenciados pelas opiniões dos oradores mais hábeis. Este fato, aliado à curta duração das funções públicas, causava uma grande instabilidade política.

Na obra *A República*, a organização da cidade ideal apóia-se numa divisão racional do trabalho. Como reformador social, Platão considera que a justiça depende da diversidade de funções exercidas por três classes distintas: a dos artesãos, dedicados à produção de bens materiais; a dos soldados, encarregados de defender a cidade; e a dos guardiões, responsáveis pela observância das leis (produção, defesa e administração interna, respectivamente). O importante nesta organização não é que apenas uma classe usufrua de benefícios superiores, mas que toda a cidade seja feliz. O indivíduo faria parte da cidade para exercer sua função social e, assim, no cumprimento de sua função, estaria sendo justo.

Se a natureza do Estado é, essencialmente, a de organismo ético-transcendente, a sua finalidade primordial é pedagógico-espiritual; a educação deve, por isso, estar

substancialmente nas mãos do Estado. O Estado deve, então, promover, antes de tudo, o bem espiritual dos cidadãos, educá-los para a virtude, e ocupar-se com o seu bem-estar material apenas secundária e instrumentalmente.

Platão tende a desvalorizar a grandeza militar e comercial, a dominação e a riqueza, idolatrando a grandeza moral. O grande, o verdadeiro político não é - diz Platão - o homem prático e empírico, mas o sábio, o pensador; não realiza tanto as obras exteriores, mas, sobretudo, se preocupa com espiritualizar os homens. Desta maneira é concebido o Estado educador de homens virtuosos, segundo as virtudes que se referem a cada classe, respectivamente. Esta educação é dispensada essencialmente às classes superiores - especialmente aos filósofos, a quem cabem as virtudes mais elevadas e, portanto, a direção da República. Ao contrário, o Estado em nada se interessa - ao menos positivamente - pelo povo, pelo vulgo, pela plebe, cuja formação é inteiramente material e subordinada, consistindo sua virtude apenas na obediência, visto a alma concupiscível estar sujeita à alma racional.

A realização dessa utopia social dependeria essencialmente também de um novo sistema educativo que possibilitasse a cada classe desenvolver as virtudes necessárias ao exercício de suas atribuições. A cidade ideal, contudo, só poderia surgir se a administração do governo fosse confiada a “reis-filósofos”. Estes deveriam provar, por meio de testes, seu patriotismo e resistência e iniciar, então, estudos para atingir a ciência, o conhecimento das idéias.

“(...) os males não cessarão para os humanos antes que a raça dos puros e autênticos filósofos chegue ao poder, ou antes que os chefes das cidades, por uma divina graça, ponham-se a filosofar verdadeiramente.” (Carta VII)

Experiência

O texto trabalhado foi A República.

Como comentador utilizamos os textos Paidéia, de Werner Jaeger, e O Homem, de Mondolfo.

A leitura inicialmente buscava isolar os cinco conceitos de justiça no interior do texto.

Após a leitura completa do texto, houve a discussão em sala e a leitura dos comentadores, depois foi solicitado uma resenha individual.

Aproveitando o trabalho produzido pelas resenhas, foi realizada uma prova em grupo, na qual os grupos tiveram questões-chaves a serem desenvolvidas.

Fragmentos

“Todo homem justo não deve ludibriar ninguém, nem mentir, mesmo involuntariamente, nem ficar a dever, seja sacrifícios aos deuses, seja dinheiro a um homem...” Argumentação utilizada por Céfalo.

“... A definição de justiça: dizer a verdade e restituir aquilo que se tomou.”

Argumentação também utilizada por Céfalo, que é combatida pela idéia de Sócrates, que cita um exemplo: Sócrates questiona de início se foi isso que Simónides quis dizer e depois questiona a restituição. Quando faz isso ele é bem lógico: questiona se uma pessoa pode cobrar sua restituição sendo ela privada da razão de reclamar, fato que ilustra seu contra-argumento:

“... se alguém recebesse armas de um amigo em perfeito juízo, e este, tomado de loucura, lhas reclamasse, toda a gente diria que não se lhe deviam entregar, e que não seria justo restituir-lhas, nem tão-pouco consentir em dizer toda a verdade a um homem nesse estado”.

Portanto, não é esta a definição de justiça: dizer a verdade e restituir aquilo que se tomou.

“... justiça consiste em fazer bem aos amigos e mal aos inimigos...” Definição dada por Polemarco.

Essa definição, entretanto, de acordo com Sócrates, não obedece aos princípios que um homem justo deve seguir, pois o mesmo deve sempre fazer o bem, pois não parece justo fazer mal a alguém, mesmo que esse seja um inimigo. Na verdade, fazer o mal é uma ação do homem injusto. O justo não faz o mal.

“Afirmo que a justiça não é outra coisa senão a conveniência do mais forte...”

Definição fornecida por Trasímaco.

“...nenhum chefe, em qualquer lugar de comando, na medida em que é chefe, prescreve o que é vantajoso a ele mesmo, mas o que o é para seu subordinado, para o qual exerce a sua profissão...”

Definição proposta por Sócrates que afirma que todo governo prescreve leis vantajosas para os seus súditos. É tendo esses homens em atenção, e o que lhes é vantajoso, que os líderes governamentais dizem o que dizem e fazem o que fazem. Eles não desejam governar em função das honrarias, mas, sim, por causa do desejo de cumprir a sua missão enquanto governantes.

“... concordamos que a justiça é virtude e sabedoria, e a injustiça maldade e ignorância”. De acordo com Sócrates, o homem justo não quer exceder o seu semelhante, mas o seu oposto; ao passo que o injusto quer exceder tanto o seu semelhante como o seu oposto. Entretanto, Sócrates define que o indivíduo bom e sábio não quererá exceder o que lhe é semelhante, mas, sim, o que é diverso e oposto a ele. Já o que é mau e ignorante quererá exceder o que lhe é semelhante e o seu contrário. Dessa maneira, o justo assemelha-se ao homem sábio e bom, e o injusto ao mau e ignorante .

“... a alma justa e o homem justo viverão bem, e o injusto mal.”

De acordo com essa definição, a alma tem a função de governar, deliberar e superintender todos os demais atos da mesma espécie. Logo, é forçoso que quem tem uma alma má governe e dirija mal, e quem tem uma boa, faça tudo isso bem. Além disso, como a justiça é uma virtude da alma, e a injustiça um defeito, viverá bem o indivíduo que é feliz e venturoso, ou seja, o justo, e o que não vive bem, inversamente.

“Ontem fui ao Pireu com Gláucon, filho de Aríston, a fim de dirigir minhas preces à deusa, e, ao mesmo tempo, com o desejo de ver de que maneira celebravam a festa, pois era a primeira vez que a faziam”.

Esse trecho, narrado por Sócrates, inicia o texto e é uma grande referência no que diz respeito ao ambiente em que se passa o diálogo. É importante saber onde se passa o texto: além de enriquecê-lo, traz-nos mais informação para que seja melhor compreendido. Com esse trecho, e a continuação do texto, percebemos que o diálogo se passa na rua e não em um local fechado. Ora, os grandes debates na Grécia eram realizados nos espaços públicos. Trata-se do gerenciamento da Res Publica, a coisa pública. Nos termos atuais, diríamos: transparência.

“... à medida que vão murchando para mim os prazeres físicos, aumentam o desejo e o prazer da conversa”.

Fala de Céfalo, na qual ele apresenta um parecer muito visto hoje sobre a velhice: há uma certa necessidade de companhia e uma grande dificuldade em usar o corpo. Mas essas palavras não são leis e o próprio Céfalo diz aproveitar muito a velhice, e mostra que a “deficiência corporal” (sem vê-la aqui como algo preconceituoso) não é uma predeterminação para não se ter uma boa velhice. Com esse fragmento é mostrado que o texto não fala só de justiça, apesar de ter esta como tema central, mas mostra que em um simples argumento pode-se dizer muita coisa.

“... não me abstive de passar daquele assunto para este; de tal maneira que daí resultou agora para mim que nada fiquei a saber com a discussão. Desde que não sei o que é a justiça, menos ainda saberei se se dá o caso”.

Linha do Tempo

508 a.C. – Instauração da democracia em Atenas, através da revolta popular comandada por Clístenes.

490-479 a.C. – Guerras Médicas: Atenas X Persas. Vitória de Atenas sobre os persas, libertando as cidades gregas da Ásia Menor.

479-404 a.C. – Liga de Delos: aliança ofensiva e defensiva de Atenas com outros estados gregos, feita no último ano da guerra contra a Pérsia.

460-430 a.C. – Apogeu ateniense, tanto político como cultural, governo de Péricles. O sistema judiciário ateniense foi desenvolvido ao máximo.

432 a.C. – Guerra do Peloponeso: Atenas X Esparta. Pôs fim à supremacia de Atenas, destruiu a liberdade de todo o povo grego e marcou a ruína do gênio político helênico.

429-428 a.C. – Morte de Péricles.

428-427 a.C. – Nascimento de Platão. Sua vida transcorreu entre a fase áurea da democracia ateniense e o final do período helênico.

407 a.C. – Platão junta-se ao círculo de Sócrates, onde permanece até sua morte.

404 a.C. – Fim da Guerra do Peloponeso.

400 a.C. – Declínio da democracia ateniense decorrente da derrota sofrida por Atenas na Guerra do Peloponeso. Esparta, através de suas oligarquias, substitui as democracias, dentre elas a ateniense.

399 a.C. – Condenação de Sócrates pela Assembléia Popular. Ele é obrigado a beber cicuta. Neste mesmo ano, Platão vai ao sul da Itália e lá convive com Arquitas de Tarento (pitagórico) e este dá um exemplo de sábio-governante, que mais tarde Platão comentará em A República.

388 a.C. – Platão vai para Siracusa e lá conhece Dion, vai para Cirene e viaja para o Egito. Mais ou menos nessa época, Platão começa a escrever seus diálogos, conhecidos como “diálogos socráticos”, pois Sócrates era o personagem principal.

387 a.C. – Platão funda a Academia em Atenas, sua própria escola de investigação científica e filosófica. Dedicar-se durante vinte anos ao magistério. É nesse período que ele começa a formular sua própria filosofia e escreve A República, dentre outras obras.

367 a.C. – Platão viaja para Siracusa pela segunda vez. Morre Dionísio I, que é sucedido por Dionísio II. Sua intenção é aplicar os ideais políticos esboçados em A República, mas não é o interesse de Dionísio II.

361 a.C. – Terceira viagem a Siracusa. Dionísio II demonstra interesse em seguir sua orientação filosófica, mas ele não cumpriu nenhuma das suas promessas. Platão ficou retido em Siracusa como escravo, até que seu amigo Tarento o libertou.

354 a.C. – Platão escreve a Carta VII, destinada aos parentes e amigos de Dion de Siracusa.

348-347 a.C. – Platão morre em Atenas aos oitenta e um anos de idade.

338 a.C. – Batalha de Queroneia: Filipe da Macedônia conquista a Grécia.

Letra

Arte em Platão

Comentaremos o conceito de arte em Platão com um duplo “risco”: o tema não foi trabalhado antes por grupo algum; e pelo caráter ambíguo que este conceito possui nas idéias platônicas. Todavia, tais “impasses” suscitam em nós um desejo de superação.

Como podemos conferir no tópico Vida de Platão, o filósofo ateniense tinha por método de



alcançe das verdades a reflexão, a introspecção, sendo assim um mentalista por excelência, aliás, foi ele quem reforçou a eficácia deste método que já vinha sendo utilizado pelos pré-socráticos e pitagóricos. Por esta razão, Platão nutria uma aversão ao mundo dos sentidos, privilegiando um mundo que reproduzia a atmosfera áurea perfeita e imutável, o mundo das idéias. Como homem do seu tempo, Platão viveu em uma Atenas que ainda respirava em boa parte a atmosfera da Atenas dos tempos de Péricles (Idade de Ouro), uma cidade rica no que diz respeito ao trabalho artístico. O

número de artistas era alto neste período, era comum nas ruas da cidade encontrar-se com gênios renomados da arte. O surto artístico da idade do ouro deu-se em todos os campos artísticos: teatro, pintura, escultura, música e arquitetura.

O diálogo entre artistas e filósofos era comum e profundamente enriquecedor[1]. Tanto a filosofia recebia influência da arte, quanto a arte da filosofia. Platão, por sua vez, não escapou a inúmeros contatos com a arte e com artistas. Contudo, como se coloca este pensador a respeito deste tema? Arte teria alguma eficácia para a cidade perfeita descrita na República?

As doutrinas estéticas de Platão são algo oscilantes entre uma valorização e uma desvalorização da arte. Em todo caso, no conjunto do seu pensamento, em oposição ao seu gênio e ao gênio artístico grego, prevalece a desvalorização por dois motivos: teórico um, prático outro. O motivo teórico é que a arte resultaria como cópia de uma cópia: cópia do mundo empírico, que é já uma cópia do mundo ideal; cópia não de essências, como a ciência, mas de fenômenos. Por consequência, a arte deveria ser, gnosiologicamente, inferior à ciência. O motivo prático é que a arte - dada esta sua inferior natureza teórica, impura fonte gnosiológica - torna-se outro tanto danosa no campo moral. Atuando cegamente sobre o sentimento, a arte nos atrai para o verdadeiro, como para o falso, para o bem como para o mal.

Seja como for, encontramos em Platão uma tentativa de valorização da arte em si, sendo considerada a arte como uma espécie de loucura divina, de mania, semelhante à religião e ao amor, ou seja, uma espécie de revelação superior. A arte, pois - como o amor, que tem por objeto a Beleza eterna e os graus que levam até ela - deveria ser um itinerário especial do espírito para o Absoluto e o inteligível, algo como que uma filosofia, porquanto deveria atingir intuitivamente, encarnada em formas sensíveis, aquele mesmo ideal inteligível que a filosofia atinge abstratamente, na sua pureza lógica, conceitual.

Segue a partir daqui uma apreciação artística sobre a temática Arte Platônica com o texto de Fernando Pessoa e uma síntese do trabalho de Maria Tomaselli Cirne Lima (artista do quadro acima).

ATHENA (presença da cultura grega)

Tem duas formas, ou modos, o que chamamos cultura. Não é a cultura senão o aperfeiçoamento subjetivo da vida. Esse aperfeiçoamento é direto ou indireto; ao primeiro se chama arte, ciência ao segundo. Pela arte nos aperfeiçoamos a nós; pela ciência aperfeiçoamos em nós o nosso conceito, ou ilusão, do mundo.

Como, porém, o nosso conceito do mundo compreende o que fazemos de nós mesmos e, por outra parte, no conceito, que de nós formamos, se contêm o que formamos das sensações, pelas quais o mundo nos é dado; sucede que em seus fundamentos subjetivos e, portanto na maior perfeição em nós - que não é senão a sua maior conformidade com esses mesmos fundamentos -, a arte se mistura com a ciência, a ciência se confunde com a arte.

Com tal assiduidade e estudo se empregam os sumos artistas no conhecimento das matérias, de que hão de servir-se, que antes parecem sábios do que imaginam, que aprendizes da sua imaginação. Nem escasseiam, assim nas obras como nos dizeres dos grandes sabedores, lucilações lógicas do sublime; em a lição deles se inventou o dito, o belo é o esplendor do vero, que a tradição exemplarmente errônea, atribuiu a Platão. E na ação mais perfeita que nos figuramos - a dos que chamamos deuses - a unamos por instinto às duas formas da cultura: figuramo-los criando como artistas, sabendo como sábios, porém em um só ato; pois o que criam, o criam inteiramente, como verdade, que não como criação; e o que sabem, o sabem inteiramente, porque o não descobriram, mas criaram.

Se é lícito que aceitemos que a alma se divide em duas partes - uma material, a outra puro espírito -, de qualquer conjunto ou homem hoje civilizado, que deve a primeira à nação que é ou em que nasceu, a segunda à Grécia antiga. Exceto as forças cegas da Natureza, disse Sumner Maine, tudo quanto neste mundo se move, é grego na sua origem.

Estes gregos, que ainda nos governam de além dos próprios túmulos desfeitos, figuraram em dois deuses a produção da arte, cujas formas todas lhes devemos, e de que só não criaram a necessidade e a imperfeição. Figuraram em o deus Apolo a liga instintiva da sensibilidade com o entendimento, em cuja ação a arte tem origem como beleza. Figuraram em a deusa Athena a união da arte e da ciência, em cujo efeito a arte (como também a ciência) tem origem como perfeição. Sob o influxo do deus nasce o poeta, entendendo nós por poesia, como outros, o princípio animador de todas as artes; com o auxílio da deusa se forma o artista.

Com esta ordem de símbolos - e assim nesta matéria como em outras - ensinaram os gregos que tudo é de origem divina, isto é, estranho ao nosso entendimento, e alheio à nossa vontade. Somos só o que nos fizeram ser, e dormimos com sonhos, servos orgulhosos deles da liberdade que nem neles temos. Por isso o nascitur que se diz do poeta, se aplica também à metade do artista. Não se aprende a ser artista; aprende-se, porém, a saber sê-lo. Em certo modo, contudo, quanto maior o artista nato, maior a sua capacidade para ser mais que o artista nato. Cada um tem o Apolo que busca, e terá a Athena que buscar. Tanto o que temos, porém, como o que teremos, já nos está dado, porque tudo é lógico. Deus geometriza, disse Platão.

Idéias Estéticas da Arte

Fernando Pessoa.

Tomaselli

TOMASELLI preparou para esta exposição três pinturas de grande formato, cinco aquarelas e esculturas (uma casa, uma mesa e duas cadeiras) em bronze. Uma das pinturas, "A caverna do Platão", foi desdobrada em cinco aquarelas, a outra pintura, "Casa Azul", deu origem às esculturas, que por sua vez já estavam na caverna de Platão, onde se formam os conceitos sobre nossa realidade. Na terceira pintura, "Sem título", prevalece o táctil, o sensual, pré-conceitual, imediato e sintético.

Desde o último trabalho, "Uma cidade oculta", houve maior aproximação da temática que lida com habitações, este refúgio último do guerreiro, que desde há muito tempo fascina a artista, assim como as ocas, as caixas de madeira, as casas de barro e de bronze, a caverna de Platão: contendo o oposto do mundo de fora, do mundo hostil.

[1] Ao nosso ver, as duas estilísticas que tratam das verdades ou da realidade são complementares e dialogam em grande harmonia.

Método

Platão revela seu pensamento através de expressões e imagens perfeitas. Pelo uso da dialética, consegue dar maior interesse dramático e vivacidade aos temas abordados. A dialética é um diálogo, uma conversa entre interlocutores que possuem opiniões opostas sobre alguma coisa, e devem discutir ou argumentar de modo a passar das opiniões contrárias à mesma idéia ou mesmo pensamento sobre aquilo que conversam. Assim, o pensamento e a linguagem passam da contradição entre as aparências à identidade de uma essência. Superar as contradições e chegar ao que é sempre idêntico a si mesmo é tarefa da discussão dialética, que revela o mundo sensível como heraclitiano (a luta dos contrários, a mudança incessante) e o mundo inteligível como parmenidiano (a identidade perene de cada idéia consigo mesma).

A dialética platônica é um procedimento intelectual e lingüístico que parte de algo que deve ser separado ou dividido em duas partes contrárias ou opostas, de modo que se conheça sua contradição e se possa determinar qual dos contrários é verdadeiro ou falso. A cada decisão surge um par de contrários, que devem ser separados e novamente divididos, até que se chegue no indivisível, isto é, não formado por nenhuma oposição ou contradição e assim será a idéia verdadeira ou a essência da coisa investigada. Partindo de sensações, imagens, opiniões contraditórias sobre alguma coisa, a dialética vai separando os opostos em pares, mostrando que um dos termos é aparência e ilusão, e o outro verdadeiro ou essência.

Platão, no Livro I da República, utiliza Sócrates como seu porta-voz. Utiliza-se do raciocínio lógico e dialético para confrontar seus interlocutores, além de usar alegorias, metáforas e comparações. Ele não forma conceitos, mas indaga os outros interlocutores a respeito dos conceitos por eles utilizados. Essas indagações fazem com que eles (os interlocutores) se questionem acerca de suas afirmações, chegando a reconhecerem que se contradizem. Um exemplo pode ser visto quando Trasímaco afirma que justiça é a conveniência do mais forte, e, ao ser indagado diversas vezes a respeito dessa definição, percebe que se contradiz, ou seja, que a justiça convém aos mais fracos. Sócrates utiliza

esse meio durante todo o diálogo, para que no fim percebam que não chegaram a nenhum conceito do que é justiça, e que, portanto, devem continuar procurando.

Problema

Aproveitamos o método questionador que Platão nos ensinou em seus diálogos e invertamos o papel ocupado por ele em suas obras. Se estivesse vivo, veria “o feitiço se voltar contra o feiticeiro”, pois agora é ele quem está sendo questionado com elementos que despontam da nossa atualidade, nós que lemos e queremos entender Platão. Como Platão responderia a essas perguntas, se é que responderia, nunca se há de saber. Mas o nosso objetivo aqui é pontuar questionamentos que foram surgindo ao longo do texto e que trazem consigo uma certa crítica ao nosso filósofo.

Platão enfatiza a procura pela definição de justiça no seu texto *A República*, tendo-a como único tema do livro I. Pode-se deduzir, portanto, que esse conceito é de fundamental importância para a criação de uma sociedade ideal, que é o que o texto tenta definir. Contudo, como os escritos de Platão não dão respostas, mas criam perguntas, fica então a dúvida de como exatamente era essa sociedade ideal para ele. Afinal, no que consistia essa utopia de Platão?

Tendo definido o que seria a sociedade ideal, surge uma pergunta quase obrigatória: essa idéia pode ser concretizada?

Se descobrirmos que a resposta à pergunta anterior é não, o que exatamente é “inconcretizável”, e por quê? Se a resposta encontrada é sim, por que ela não é posta em prática?

O texto de Platão foi escrito há mais de dois mil anos. Naquele tempo, religiões surgiram e outras desapareceram, impérios caíram e outros foram colocados no lugar, a “ciência” grega se perdeu e foi reencontrada, o mundo está diferente. As idéias de Platão ainda se aplicam?

Ou talvez a pergunta deveria ser feita de modo mais amplo: as idéias de Platão já se aplicaram em algum momento histórico ou em alguma civilização? Ambas as respostas seriam afirmativas, considerando que essa sociedade é ideal. O que nos leva a perguntar: o ideal é relativo? Ele é diferente para cada povo? Ou é algo imutável, pelo fato de a natureza humana ser assim? A natureza humana é imutável?

Será que Platão não erra ao considerar o Estado que ele idealizou de maneira estática, ou seja, alheio às mudanças?

Segundo Platão, o Estado ideal deveria ser governado pelos filósofos. Como seria o Estado ideal na atualidade, se até mesmo a filosofia moderna está relativizada?

Quem desempenharia a função dos filósofos na atualidade?

Provocação

Aproveitamos o método questionador que Platão nos ensinou em seus diálogos, e invertamos o papel ocupado por ele em suas obras. Se estivesse vivo, veria “o feitiço se voltar contra o feiticeiro”, pois agora é ele quem está sendo questionado com elementos que despontam da nossa atualidade, nós que lemos e queremos entender Platão. Como Platão responderia a essas perguntas, se é que responderia, nunca se há de se saber. Mas o nosso objetivo aqui é pontuar questionamentos que foram surgindo ao longo do texto e que trazem consigo uma certa crítica ao nosso filósofo.

Platão enfatiza a procura pela definição de justiça no seu texto A República, tendo-a como único tema do livro I. Pode-se deduzir, portanto, que esse conceito é de fundamental importância para a criação de uma sociedade ideal, que é o que o texto tenta definir. Contudo, como os escritos de Platão não dão respostas, mas criam perguntas, fica então a dúvida de como exatamente era essa sociedade ideal para ele. Afinal, no que consistia essa utopia de Platão?

Tendo definido o que seria a sociedade ideal, surge uma pergunta quase obrigatória: essa idéia pode ser concretizada?

Se descobrirmos que a resposta à pergunta anterior é não, o que exatamente é “inconcretizável”, e por quê? Se a resposta encontrada é sim, por que ela não é posta em prática?

O texto de Platão foi escrito a mais de dois mil anos atrás. Nesse tempo, religiões surgiram e outras desapareceram, impérios caíram e outros foram colocados no lugar, a “ciência” grega se perdeu e foi reencontrada, o mundo está diferente. As idéias de Platão ainda se aplicam?

Ou talvez a pergunta deveria ser feita de modo mais amplo: As idéias de Platão já se aplicaram em algum momento histórico ou em alguma civilização? Ambas as respostas seriam afirmativas, considerando que essa sociedade é ideal. O que nos leva a perguntar: O ideal é relativo? Ele é diferente para cada povo? Ou é algo imutável, pelo fato da natureza humana ser assim? A natureza humana é imutável?

Será que Platão não erra ao considerar o Estado que ele idealizou de maneira estática, ou seja, alheio às mudanças?

Segundo Platão, o Estado ideal deveria ser governado pelos filósofos. Como seria o Estado ideal na atualidade, se até mesmo a filosofia moderna está relativizada?

Quem desempenharia a função dos filósofos na atualidade?

Glossário

Alma: instrumento fundamental para que o homem possa desenvolver os seus objetivos, no caso, na República; tem uma função que não pode ser desempenhada por toda e qualquer outra coisa que exista, que é a seguinte: superintender, governar, deliberar e todos os demais atos da mesma espécie.

Amigo: aquela pessoa que parece honesta, e que portanto devemos amar; é o que parece e é na realidade honesto; homem de bem.

Aristocracia: governo dos melhores.

Atenas: lugar onde Platão nasceu e morreu entre os anos 428 a.C. e 347 a.C. Possuía um governo democrático.

Bem: é a realidade suprema, da qual dependem todas as demais idéias, e todos os valores (éticos, lógicos e estéticos) que se manifestam no mundo sensível; é o ser sem o qual não se explica o vir a ser. A forma suprema é a do Bem, capaz de tornar compreensíveis todas as demais. O verdadeiro conhecimento é o conhecimento do Bem.

Cidadania: é o direito de a pessoa participar das decisões nos destinos da Cidade através da Ekklesia (reunião dos chamados de dentro para fora) na Ágora (praça pública, onde se agonizava para deliberar sobre decisões de comum acordo).

Classes: representam um desenvolvimento social e uma sistematização estável da divisão do trabalho no âmbito de um Estado.

Conduta: é atribuída à coação artificial da lei, ao passo que no comportamento do homem sozinho se julga ver a norma autêntica da natureza, a qual, segundo esta concepção, era apenas o impulso que move o homem a procurar o agradável e a evitar o desagradável.

Coragem: virtude de iniciar, de buscar novos caminhos, de não nos imobilizarmos. Afrontar o perigo, mas com prudência (não em excesso), sem se deixar levar pela covardia, nem seduzir pela temeridade. A coragem é a justiça da vontade.

Democracia: forma de governo que privilegia as decisões do povo na condução de seus caminhos.

Direito: expressão da vontade e do interesse de uma coletividade; conjunto de leis que administram as demandas coletivas.

Educação: instrumento e meio mais importante que irá definir a posição da justiça, assim como da injustiça, dentro do Estado. Elemento indispensável para tornar os habitantes de uma cidade em cidadãos.

Estado: a alma do homem é o protótipo do Estado platônico. Tem a função de nos apresentar a “imagem ampliada” da alma e de sua estrutura respectiva. A essência do Estado seria não uma sociedade de indivíduos semelhantes e iguais, mas dessemelhantes e desiguais. Veículo dos valores transcendentais da idéia. Deve promover, antes de tudo, o bem espiritual dos cidadãos, educá-los para a virtude, e ocupar-se com o seu bem-estar material apenas secundária e instrumentalmente. A criação de um bom Estado depende deste ser governado pela razão.

Filósofo: aquele que considera as formas de governo só como expressão de diversas atitudes e formas da alma. Cabe dirigir a República; contempla o Mundo das Idéias, conhece a realidade das coisas, a ordem ideal do mundo e, por conseguinte, a ordem da sociedade humana, e está, portanto, à altura de orientar racionalmente o homem e a sociedade para o fim verdadeiro.

Governo: considerado por Platão como uma expressão de diversas atitudes e formas da alma. Uma das mais antigas doutrinas políticas, talvez a mais antiga, seja a distinção das três formas de governo: de um só, de poucos e de todos. Platão punha acima desta classificação o Estado idealmente perfeito, a aristocracia ou o governo dos filósofos.

Guerreiro: representa a força a serviço do direito, representada pelos filósofos.

Hierarquia: sistema no qual prevalecem as partes superiores da alma.

Idéia: Mundo Essencial. Objetivamente dotadas dos mesmos atributos dos conceitos subjetivos que as representam. As idéias não são, pois, no sentido platônico, representações intelectuais, formas abstratas do pensamento. São realidades objetivas, modelos e arquétipos eternos de que as coisas visíveis são cópias imperfeitas e fugazes.

Inimigo: o que parece ser honesto, mas não é; aparenta ser amigo, sem o ser; deve ser odiado por nos parecer mal. Malvado.

Justiça: agir descartando o egoísmo e reconhecendo a igualdade do direito do outro, ou seja, é a condição que possibilita a convivência e a ação conjunta dos homens. Por considerar o outro, a justiça é vista como a maior das virtudes, uma vez que é objetiva e a única que se liga ao Estado. Viver com justiça não é viver de acordo com as leis da polis (legislação), é buscar o justo além da lei e do costume. Na República, o Estado ideal é o Estado de Justiça. As leis são justas porque foram estabelecidas por pessoas (filósofos) que praticavam a virtude da justiça, e por isso, contemplam a própria idéia de justiça. Uma pessoa é justa quando é dominada pela razão, oposta às outras partes da alma, coragem e desejo; como da mesma forma uma cidade será justa quando governada pelo elemento racional, ou seja, por uma classe de pessoas que sejam assim. É na mais íntima natureza da alma que se deve ter o fundamento daquilo que o filósofo denomina como justo. Em outras palavras, as pessoas necessitam ver a justiça como um bem em si mesmo. Em certo sentido, a fundação de uma cidade justa deve ser a resposta para a questão de como manter a justiça viva. É uma

relação entre indivíduos, e depende da organização social; é fazer aquilo que nos compete, de acordo com a nossa função.

Lei: surge na Grécia como razão, com a transposição para o mundo natural do conceito de justiça ou de ordem que havia sido elaborado para o mundo humano. Conquanto Platão use só, excepcionalmente, a expressão “lei natural”, foi graças a ele (e a Aristóteles) que o conceito de racionalidade da natureza e de expressabilidade dessa racionalidade em preposições universais e necessárias acabou prevalecendo na história da Filosofia.

Moral: agir voluntário. Agir moralmente é agir racionalmente, e agir racionalmente é filosofar, e filosofar é suprimir o sensível, fazer morrer os sentidos, o corpo, ao mundo, para que o espírito, o inteligível, a idéia vivam de modo exuberante.

Mundo ideal: é provado pela necessidade de justificar os valores, o dever ser, de que este nosso mundo imperfeito participa e a que aspira.

Política: distingue, à imagem de todas as sociedades indo-européias primitivas, três classes sociais: os artesãos, dos quais a justiça exige a temperança; os militares, nos quais a justiça será coragem; os chefes, cuja justiça é, antes de tudo, sabedoria e que são filósofos longamente instruídos.

Razão: o que é oposto à sensibilidade (que é fonte das crenças comuns) e aos apetites que o homem tem em comum com os animais. Em ambos os casos, a razão tem, ao mesmo tempo, função negativa e positiva: negativa em relação às crenças infundadas e aos apetites animais; positiva no sentido de dirigir as atividades humanas de maneira uniforme e constante.

República: admite Platão a desigualdade dos homens segundo a natureza e não segundo o nascimento. Todos deverão ter oportunidade de acordo com as qualidades pessoais. As mulheres têm iguais direitos que os homens, inclusive para serem guerreiras e praticarem a

ginástica, conforme costume do tempo. Elas têm também o direito de comparecer à Academia vestidas como os homens, os quais então usavam vestes mais curtas.

Sabedoria: é a justiça do espírito.

Sociedade: a formação dela está na própria natureza humana. É por isso que cada homem precisa do auxílio material e moral dos outros.

Supremo bem: consiste em cometer impunemente desacatos.

Supremo mal: consiste em padecer os desacatos.

Virtude: tendência para o bem, que deve ser ensinada, diligentemente, desde os primeiros anos de vida. Virtude é inteligência, razão, ciência, não-sentimento, rotina, costume, tradição, lei impositiva, opinião comum.

Sobre

CHERNISS. Aristotél's Criticism of Platon and the Academy. John Hopkins Press, Baltimore, 1946.

CORNFORD, F. M. Plato's Theory of Knowlwdge. Routledge & Kegan Paul Ltd., Londres.

FIELD, G. C. Plato and his Contemporaries. Methuen, Londres, 1ª ed., 1930.

GOLDSCHMIDT, V. A religião de Platão. Difusão Européia do Livro, 1970.

GOLDSCHMIDT, V. Les Dialogues de Platon. Presses Universitaires de France, 1947.

ROSS, DAVID. Plato's Theory of ideas. Oxford, 1953.

TAYLOR, A. E. Plato. Meridian Books. Nova York, 1956.

Sites:

www.google.com.br

www.mundodosfilosofos.com.br

www.favoset.com/mathesis/adriana.htm

www.consciencia.or/antiga/platao.shtml

www.10emtudo.com.br/materias.asp?codigomateria=459

www.geocities.com/vienna/2809/platao.html

www.grecia.hpg.com.br

www.radaruol.com.br

www.miner.com.br